



RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Sumário

1. INSTITUIÇÃO	4
1.1. Contextualização.....	4
1.2. Mensagem do Dirigente	4
1.3. Missão	5
1.4. Visão	5
1.5. Valores.....	5
1.6. Competências Institucionais	5
1.7. Nossas Metas.....	6
1.8. Continuidade Operacional.....	6
2. PLANO DE AÇÃO	7
2.1. Adaptações dos Atos Constitutivos da Companhia.....	7
2.2. Estatuto Social	7
2.3. Regimento Interno.....	7
2.4. Elaboração do Código de Ética e Integridade.....	7
2.5. Organograma.....	8
2.5.1. Descrição das Atribuições da Composição de Pessoal.....	8
2.5.1.1. Assembleia Geral.....	9
2.5.1.2. Conselho Fiscal.....	9
2.5.1.3. Conselho de Administração	9
2.5.1.4. Diretoria Executiva.....	10
2.5.1.5. Diretoria Administrativa e Financeira	10
2.5.1.6. Diretoria da Presidência	11
2.5.1.7. Diretoria Técnica e Comercial.....	11
2.5.1.8. Assessoria Técnica	11
3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS.....	13
3.1. Balanço Patrimonial – 2024.....	13
3.2. Comportamento Financeiro.....	14
3.2.1. Composição Acionista e Administração.....	14
3.2.2. Comportamento Operacional (DRE).....	14

3.3. Resultados Abrangente em Reais.....	14
3.4. Movimentação da Muta��o do Patrimônio Líquido em Reais	15
3.5. Fluxo de Caixa com Apresenta��o em Reais	15
4. GESTÃO PATRIMONIAL.....	17
4.1. Estrutura do Patrimônio e Responsabilidades.....	17
4.2. Inventário Patrimonial	17
5. PROJETOS	23
5.1. Implanta��o de Usina Termelétrica a Gás Natural	23
5.2. Prospecc��o ou Extra��o de Gás Natural nas Jazidas do Subsolo em Regiões Estratégicas do Estado	23
5.3. In��cio dos Estudos do Projeto do Terminal de GNL no Porto de Luís Correia	23
5.4. Concep��o de Relatório Técnico de Viabilidade para Instala��o de Usina Termelétrica no Litoral do Estado	24
5.5. Expansão do Gasoduto saindo de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba	24
5.6. Implanta��o de Terminal de Regaseifica��o de GNL no Porto de Luís Correia	25
6. Comportamento GASPIA e TERMOGÁS	28
7. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA.....	30
8. CONSIDERA��OES FINAIS.....	32
9. LESGILA��O APLICÁVEL.....	33
10. REFERÊNCIAS	34

1. INSTITUIÇÃO

1.1. Contextualização

A GASPISA é uma sociedade de economia mista dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, autorizada pela Lei Estadual n.º 5.192 de 25 de maio de 2001, com autonomia administrativa e financeira.

A concessão outorgada à Companhia, nos termos do art. 8º e 9º da Lei Estadual n.º 5.192/2001, vigorará pelo prazo de trinta anos contados da data da promulgação da Lei, podendo ser prorrogada por igual período.

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração, termelétricas ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Estado do Piauí.

A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros. E ainda, poderá participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com o objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar o aproveitamento da sua infraestrutura, objetivando a prestação de outros serviços.

1.2. Mensagem do Dirigente

A Companhia de Gás do Piauí (GASPISA) é uma sociedade de economia mista, responsável pela exploração e distribuição dos serviços de gás canalizado em todo o território do Piauí. Como sociedade de economia mista, a GASPIISA tem a participação do Governo do Estado do Piauí como acionista majoritário.

Em sua formação inicial, a empresa também contava com acionistas de peso no setor de energia, como a Petrobrás, através da sua controlada Gaspetro. A partir da Emenda Constitucional de 1995, os estados brasileiros passaram a ter a prerrogativa de conceder a exploração dos serviços de distribuição de gás a empresas privadas, o que abriu caminho para a formação de companhias como a GASPIISA, com participação mista ou privada.

1.3 Missão

A missão da GASPIISA é atuar de forma segura e rentável na comercialização e distribuição de gás natural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, considerando os interesses dos acionistas.

1.4. Visão

Ser reconhecida como uma grande empresa distribuidora de Gás Natural, atuando com foco na rentabilidade e na segurança operacional.

1.5. Valores

Espírito empreendedor e de superar desafios; Foco na obtenção de resultados de excelência; Disciplina de Capital nos investimentos; Ética nos negócios; Espírito inovador com foco na diferenciação em qualidade do produto e competência Tecnológica. Compromisso e responsabilidade com a segurança operacional, meio ambiente e a comunidade; Respeito e atenção aos clientes internos e externos; Integração através do trabalho em equipe.

1.6. Competências Institucionais

A Companhia tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, podendo também explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração, termelétricas ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, em todo território do Estado do Piauí.

A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros.

E ainda, poderá participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com o objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais, assim como explorar o aproveitamento da sua infraestrutura, objetivando a prestação de outros serviços.

1.7. Nossas Metas

- Obter preços competitivos para a distribuição de gás natural no Piauí e a tarifa de movimentação de gás para o consumidor livre;
- Atuação da empresa, como a busca por parceiros para pesquisa de gás natural e a participação em discussões sobre o mercado de energia;
- Fomento de Leis e documentos oficiais em consonância com a concessão e prestação de serviços da GASPIISA no estado do Piauí.

1.8. Continuidade Operacional

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e dependerá de novos aportes de acionistas para continuar em fase pré-operacional até o início efetivo de suas operações. Para o início das operações, a distribuição de gás natural comprimido e/ou liquefeito deverá ocorrer via caminhões. Para que tenha operacionalização plena, faz-se necessário a distribuição de gás canalizado, a qual depende da viabilização da construção do gasoduto de transporte de gás natural ligando o Porto Pecém, no Estado do Ceará, à cidade de Teresina, no Estado do Piauí ou tendo como origem as descobertas na Bacia do Parnaíba - MA ou ainda a partir de descobertas de gás natural na porção piauiense da mesma bacia.

2. PLANO DE AÇÃO

2.1. Adaptações dos Atos Constitutivos da Companhia

A Lei n.º 13.303 entrou em vigor em 2016 e trouxe uma série de mudanças no âmbito do Direito Administrativo que trata sobre o estatuto jurídico de empresas públicas e sociedades de economia mista, no que tange a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios. Esta Lei foi editada e inserida no ordenamento jurídico brasileiro com o objetivo de compelir as empresas estatais e sociedades de economia mista a adotarem e seguirem boas práticas de governança corporativa, bem como para estabelecer e reforçar a eficácia da gestão.

2.2. Estatuto Social

Foi prevista no Plano de Ações da GASPIISA a adequação do Estatuto Social da Companhia de Gás do Piauí nos termos da Lei n.º 13.303/2016. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta das adequações sugeridas no Estatuto Social da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data aguardando parecer.

2.3. Regimento Interno

No Plano de Ações da GASPIISA estava prevista a adequação do Regimento Interno da Companhia de Gás do Piauí nos termos da Lei n.º 13.303/2016. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta das adequações sugeridas no Regimento Interno da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data aguardando parecer.

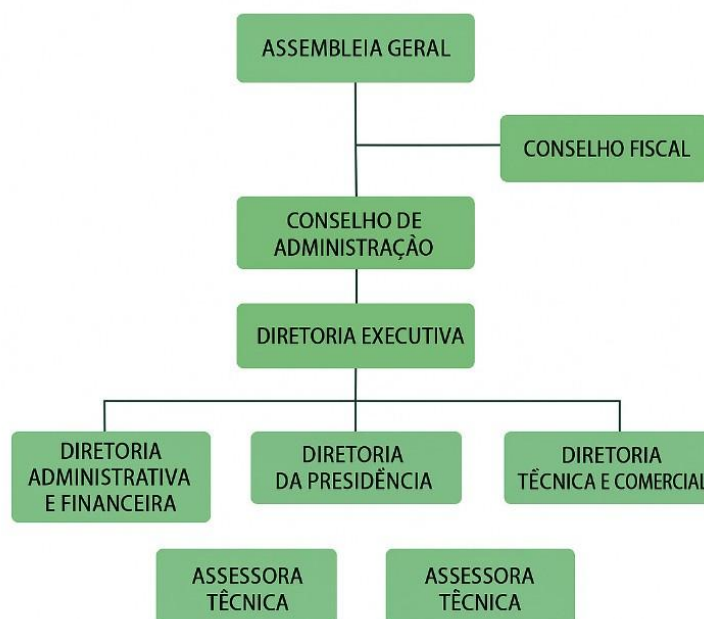
2.4. Elaboração do Código de Ética e Integridade

Visando cumprir as determinações legais atinentes as entidades estatais previstas na Lei n.º 13.303/2016, com o objetivo de levar boas práticas de governança corporativa, foi preparada uma minuta do Código de Ética e Integridade da GASPIISA. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta do Código de ética e Integridade da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data aguardando parecer.

2.5. Organograma

Diante das adequações sugeridas nas minutas do Estatuto Social e Regimento Interno da Companhia de Gás do Piauí, foi sugerido adequação também no Organograma da GASPISA nos termos do que dispõe a Lei n.º 13.303/2016. A ação acima referenciada foi executada dentro do prazo estipulado no plano de ação, sendo na data de 27/04/2023 encaminhada minuta das adequações sugeridas no Organograma da Companhia para apreciação do Jurídico da Investe Piauí, estando até a presente data, aguardando o parecer.

Figura 01: Organograma.



Fonte: GASPISA 2024.

2.5.1. Descrição das Atribuições da Composição de Pessoal

A seguir apresentamos uma descrição clara, profissional e completa das atribuições da composição de pessoal em uma empresa de economia mista, estruturada conforme boas práticas de governança, legislação aplicável (Lei 6.404/1976, Lei 13.303/2016) e modelos utilizados em estatais brasileiras. A “composição de pessoal” envolve todos os órgãos que exercem funções de direção, controle, fiscalização e execução na empresa. Organizamos as atribuições por órgão de governança e níveis de pessoal para facilitar o uso em manuais, estatutos, relatórios ou organogramas.

2.5.1.1. Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral em uma empresa de economia mista seguem principalmente a Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.), complementadas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e pelo estatuto social da companhia. A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da empresa — inclusive quando o Estado é o acionista controlador — e possui competências exclusivas e indelegáveis.

Competências: Eleger e destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, Aprovar as demonstrações financeiras e a destinação dos resultados, Alterar o estatuto social, Deliberar sobre fusões, incorporações, cisões e reestruturações relevantes, Aprovar a remuneração global da administração, Autorizar aumento ou redução de capital.

2.5.1.2. Conselho Fiscal

As competências do Conselho Fiscal de uma empresa de economia mista no Brasil estão previstas principalmente na Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), na Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e nos estatutos sociais de cada companhia.

- Marta Bernadeth Soares - Acionista do Estado do Piauí;
- José Augusto Gomes Nogueira – Acionista Termogás;
- André Gustavo Lins de Macedo – Acionista Termogás;

Competências: Fiscalizar os atos da administração, Analisar demonstrações financeiras, Opinar sobre propostas da administração, Acompanhar auditorias internas e externas, Requisitar informações e documentos, Denunciar irregularidades, Convocar a Assembleia Geral, Avaliar operações com partes relacionadas, Examinar contingências, provisões e riscos, Garantir a conformidade com a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016).

2.5.1.3. Conselho de Administração

As competências do Conselho de Administração em uma empresa de economia mista (estatal de capital misto) derivam principalmente da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e do estatuto social de cada companhia. O Conselho de Administração (CA) é o órgão estratégico da empresa, responsável por direcionar, supervisionar e controlar a gestão executiva.

- Jorge Antônio P. Lopes – Acionista do Estado do Piauí;
- Luís Coelho da Luz Filho - Acionista do Estado do Piauí;
- Antônio Rodrigues de Souza Neto - Acionista do Estado do Piauí;
- José Carlos de Salles Garcez – Acionista Termogas;
- Roberto Menezes de Pedrosa – Acionista Termogas.

Competências: Definir a estratégia e as diretrizes da companhia, Supervisionar a Diretoria Executiva, Aprovar orçamentos e planos de investimento, Zelar pela governança, integridade e conformidade, Autorizar operações relevantes, Definir políticas corporativas, essenciais, Aprovar demonstrações financeiras antes da Assembleia, Convocar Assembleias Gerais, Decidir sobre reestruturações societárias, Aprovar processos de licitação e contratos relevantes (Lei 13.303/2016), Deliberar sobre a remuneração da administração, Monitorar resultados e desempenho, Responder pela fiscalização da gestão.

2.5.1.4. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva de uma empresa de economia mista é o órgão responsável pela gestão cotidiana, pela execução da estratégia definida pelo Conselho de Administração e pela administração operacional da companhia. Suas competências decorrem da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.), da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e do estatuto social.

- Paulo Roberto Cardoso de Sousa – Diretor Presidente ;
- Fábio Moreira Amorim – Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Técnico/Comercial.

Competências: Executar a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração, Administrar as operações da empresa, Representar a companhia, Elaborar e propor planos e relatórios, Gerir recursos financeiros e patrimoniais, Implementar e monitorar controles internos, compliance e integridade, Contratar e gerir pessoal. Propor atos societários e negócios relevantes, Submeter matérias ao Conselho de Administração, Garantir o cumprimento de leis, regulamentos e estatutos, Gerir riscos e assegurar continuidade operacional, Executar decisões do Conselho de Administração e da Assembleia Geral.

2.5.1.5. Diretoria Administrativa e Financeira

A seguir estão as competências típicas e formalmente reconhecidas da Diretoria Administrativa e Financeira em uma empresa de economia mista, estruturadas de acordo com boas práticas de governança, a Lei 6.404/1976, a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e padrões utilizados em estatutos de estatais brasileiras.

- Fábio Moreira Amorim – Diretor Administrativo Financeiro.

Competências: Gestão Financeira e Orçamentária, Controladoria, Contabilidade e Demonstrações Financeiras, Administração e Gestão de Recursos Internos, Gestão de Compras, Suprimentos e Contratos, Recursos Humanos e Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação (quando subordinada a esta diretoria), Gestão Patrimonial e de Ativos Conformidade, Controles Internos e Integridade, Apoio Estratégico à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, Representação Técnica Institucional.

2.5.1.6. Diretoria da Presidência

A seguir, apresento as competências típicas da Diretoria da Presidência em uma empresa de economia mista, considerando boas práticas de governança corporativa (OCDE, IBGC) e o arcabouço jurídico aplicável (Lei nº 6.404/76 – LSA e Lei nº 13.303/16 – Lei das Estatais).

- Paulo Roberto Cardoso de Sousa – Diretor Presidente.

Competências: Representação Institucional e Estratégica, Liderança e Direção da Alta Administração, Execução das Diretrizes do Conselho de Administração, Gestão de Riscos e Conformidade, Supervisão da Governança Corporativa, Gestão e Supervisão dos Resultados Corporativos, Coordenação de Processos Decisórios Críticos, Administração Geral da Empresa, Integridade, Ética e Transparência, Competências Específicas do Cargo (quando previstas no estatuto).

2.5.1.7. Diretoria Técnica e Comercial

A seguir estão as competências típicas da Diretoria Técnica e da Diretoria Comercial em uma empresa de economia mista, alinhadas às boas práticas de governança corporativa (IBGC, OCDE), à Lei nº 6.404/76 e à Lei nº 13.303/16. O conteúdo é aplicável a empresas públicas e sociedades de economia mista que atuem em setores como energia, saneamento, transporte, tecnologia, serviços públicos etc.

- Fábio Moreira Amorim – Diretor Técnico e Comercial.

Competências: Competências da Diretoria Técnica: Gestão Operacional e Técnica, Engenharia, Projetos e Obras, Inovação e Tecnologia, Gestão de Ativos e Infraestrutura, Atendimento Técnico a Órgãos Reguladores, Segurança Operacional e Meio Ambiente, Apoio Técnico à Diretoria Executiva e ao Conselho; Competências da Diretoria Comercial: Estratégia Comercial e Gestão de Mercado, Gestão de Clientes e Relacionamento, Gestão de Receitas, Contratos Comerciais, Marketing, Comunicação Comercial e Marca, Expansão de Negócios e Parcerias, Gestão de Indicadores e Desempenho Comercial.

2.5.1.8. Assessoria Técnica

A seguir estão as competências típicas da Assessoria Técnica em uma empresa de economia mista, alinhadas às boas práticas de governança (IBGC, OCDE), à Lei nº 6.404/76 e à Lei nº 13.303/16. A Assessoria Técnica atua como suporte especializado à Presidência, ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, oferecendo análises, estudos e pareceres técnico-estratégicos.

Competências: Suporte Técnico à Alta Administração, Análise de Projetos, Investimentos e Propostas Estratégicas, Apoio Técnico-Regulatório, Planejamento e Monitoramento Estratégico, Gestão de Informações, Dados e Estudos Especializados, Articulação Institucional e Comunicação Técnica, Gestão de Riscos e Conformidade Técnica, Suporte a Processos Decisórios, Inovação e Melhoria de Processos.

- Karine Ribeiro Santos
- Lucinete Miranda Bittencourt Freire

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

3.1. Balanço Patrimonial – 2024

O Balanço Patrimonial demonstra que a empresa passou por um processo de forte capitalização e saneamento financeiro entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024. O total de ativos cresceu 71,41%, atingindo R\$ 505.815, impulsionado pela reestruturação do Passivo e Patrimônio Líquido, conforme mencionado na tabela 01.

Tabela 01: Balanço Patrimonial 2024.

		Nota Explicativa				Nota Explicativa		
ATIVOS			31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	5		457.778	218.749	Fornecedores	14	5.669	2.736
Créditos com Terceiros	6		5.357	7.610	Obrigações trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	15	1.364	10.522
Impostos a recuperar	7		4.495	6.466	Outras Obrigações	16	290.330	269.922
Despesas Antecipadas			561	1.076	Provisões	17	-	29.646
Total dos ativos circulantes			468.190	233.901	Total dos passivos circulantes		297.363	312.825
NÃO CIRCULANTE								
Comp./Rest. Fiscais em Andamento	8		5.195	885	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	9		15.075	40.462	Capital Social Subscrito	18	14.000.000	10.002.674
Investimentos	10		-	9.120	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	19	2.015.614	4.575.500
Imobilizado	11		8.764	10.097	Prejuízos acumulados		(15.807.163)	(14.595.918)
Intangível	12		8.591	618	Total do patrimônio líquido		208.451	(17.744)
Diferido	13		3.421.698	3.421.698				
(-) Perda por Redução ao Valor Recuperável			(3.421.698)	(3.421.698)				
Total dos ativos não circulantes			37.625	61.180				
TOTAL DOS ATIVOS			505.815	295.081	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		505.815	295.081

Fonte: GASPISA.2024.

A resolutividade do Patrimônio Líquido (PL), apresenta o ponto positivo da situação patrimonial. O Patrimônio Líquido (PL) com um saldo positivo de R\$ 208.451 em 2024. A situação de liquidez da empresa atingiu o Ativo Circulante (AC) dobrou, crescendo 100,17% e atingindo R\$ 468.190. O crescimento foi concentrado no Caixa e Equivalentes de Caixa, que saltou para R\$ 457.778, garantindo alta disponibilidade de recursos. O Passivo Circulante (PC) diminuiu 4,94%, principalmente devido à quitação de Provisões (zeradas) e à redução das Obrigações Trabalhistas e Fiscais de curto prazo. Em 2024, a empresa exibe um balanço muito mais robusto com mais rentabilidade com uma capacidade de investimento maior.

3.2. Comportamento Financeiro

O panorama financeiro da empresa em 2024 é marcado por uma reversão estrutural de capitais bem-sucedida. A saúde financeira da empresa está com sustentabilidade, conforme apresentado na tabela 02.

Tabela 02: Comportamento Financeiro 2024. Fonte: GASPIISA.2024.

		2024	2023
RECEITA E DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20	(1.137.664)	(1.606.237)
Outras Receitas Operacionais		8.368	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
Perda por Valor Recuperável dos Ativos		(90.043)	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.219.339)	(1.606.237)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	16.133	2.761
Despesas financeiras	21	(8.039)	(7.742)
Total		8.094	(4.982)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.211.245)	(1.611.218)

Fonte: GASPIISA 2023/2024

3.2.1. Composição Acionista e Administração

Composição Acionária e Capital Subscrito			
Acionistas	Capital Votante	Capital Social	Capital Subscrito (R\$ mil)
Estado do Piauí	51%	40,64%	5.689.600,00
Termogás	49%	59,36%	8.310.400,00
Total	100,00 %	100,00 %	14.000.000,00

3.2.2. Comportamento Operacional (DRE)

Com uma solidez estrutural, o núcleo tem um desempenho em desenvolvimento significativamente em 2024, mencionado na tabela 02. A empresa encerra 2024 com uma estrutura financeira muito mais saudável e recursos abundantes em caixa para honrar seus compromissos imediatos.

3.3. Resultados Abrangente em Reais

A tabela 03 anexa, apresenta o Resultado Abrangente Total do Exercício para os anos de 2024 e 2023. A análise demonstra uma melhoria significativa no desempenho financeiro da empresa:

Tabela 05: Fluxo de Caixa Apresentado em Reais 2024.

	Nota Explicativa	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(1.216.018)	(1.616.595)
Depreciação e amortização	20	4.774	5.377
Valor Residual de bens baixados do ativo imobilizado	11 e 12	-	-
(Redução) Aumento nos ativos operacionais:			
Créditos com Terceiros	6	2.253	(286)
Impostos a recuperar	7	1.971	(462)
Despesas Pagas Antecipadas		515	(653)
(Redução) aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.934	(3.746)
Obrições trabalhistas, previdenciárias e fiscais		(9.158)	(1.798)
Outras Obrições		20.408	211.988
Provisões		(29.646)	14.837
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.221.967)	(1.391.337)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Compensações/Restituições Fiscais	8	(15.462)	
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital	9	(4.311)	1.814
Investimentos - TMN Transportadora	10	25.387	(40.462)
Investimentos - TMN Transportadora	10	9.120	-
(-) Perda por Redução ao Valor Recuperável	20	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	11 e 12	(6.640)	2.472
(-) Perda por Redução ao Valor Recuperável(Diferido)	13	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		23.556	(36.176)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	19	(2.559.886)	1.550.000
Integralização de capital		3.997.326	-
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.437.440	1.550.000
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		239.028	122.486
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	5	218.749	96.263
No fim do exercício	5	457.778	218.749
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		239.028	122.486

Fonte: GASPISA.2024

4. GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial da GASPISA, enquanto empresa de economia mista, exige a conciliação entre princípios de eficiência econômica, responsabilidade social e conformidade com a legislação aplicável ao setor público e privado. Nesse contexto, o acompanhamento, a proteção e a valorização do patrimônio constituem pilares essenciais para garantir a continuidade operacional, a transparência e a sustentabilidade financeira da companhia.

4.1. Estrutura do Patrimônio e Responsabilidades

O patrimônio da GASPISA é composto por bens, direitos, obrigações, investimentos e recursos de acionistas públicos e privados. Por ser uma empresa de economia mista, sua administração patrimonial é regida tanto pelas normas da iniciativa privada quanto pelos princípios constitucionais da Administração Pública, como legalidade, eficiência, economicidade e prestação de contas. A gestão patrimonial envolve o controle e registro adequado de ativos e passivos, análise contínua da situação econômico-financeira, adoção de práticas modernas de governança e transparência, execução de políticas que assegurem o equilíbrio patrimonial e o uso responsável dos recursos dos acionistas.

4.2. Inventário Patrimonial

COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ									
Móveis e Utensílios									
DATA DA AQUISIÇÃO	Nº TOMBAMENTO	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DOS BENS EM USO	FORMA DE AQUISIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE USO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE DEPRECIAÇÃO DO BEM	VALOR LÍQUIDO DO BEM
02/07/2002	1	110032	Sofá 3 lugares Detroit NF nº 110032	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	449,50	449,50	0,0
02/07/2002	2	110032	Sofá 2 lugares Detroit NF nº 110032	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	449,50	449,50	0,0
02/07/2002	5	22825	Cad. Telasul Preto NF nº 22825	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	234,00	234,00	0,0
02/07/2002	6	22825	Cad. Telasul Preto NF nº 22825	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	234,00	234,00	0,0
12/07/2002	7	156196	Poltrona Fixa com Braços NF nº156196	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	171,34	171,34	0,0
12/07/2002	8	156196	Poltrona Fixa com Braços NF nº156196	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	171,34	171,34	0,0
29/07/2002	13	25774	Refrigerador – Consul NF 025774	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	495,00	495,00	0,0

22/08/2002	18	97	Mesa de trabalho 170x70x74, MC 1700 – Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	233,15	233,15	0,0
22/08/2002	22	97	Gav. Suspensão c/ 03 gavetas – Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	124,84	124,84	0,0
22/08/2002	25	97	Arm. Alto 02 portas- 89x49x1,59 - Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	346,08	346,08	0,0
22/08/2002	26	97	Arm. Alto 02 portas- 89x49x1,59 - Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	346,08	346,08	0,0
22/08/2002	27	97	Mesa retangular 200x100, MC 2000 - Ergoflex NF 0097	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	311,80	311,80	0,0

22/08/2002	32	98	Suporte p/ CPU - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	40,63	40,63	0,0
22/08/2002	33	98	Suporte p/ CPU - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião- Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	40,63	40,63	0,0
22/08/2002	34	98	Arquivo 04 gav.p/ pasta suspensa - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	132,29	132,29	0,0
22/08/2002	35	98	Arquivo 04 gav.p/ pasta suspensa - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	132,29	132,29	0,0
22/08/2002	36	98	Cardeira presidental c/ braço preto - Ergoflex NF 0098	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	284,92	284,92	0,0
22/08/2002	38	99	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0099	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,0
22/08/2002	40	101	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0101	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,0
22/08/2002	41	102	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0102	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,0
22/08/2002	42	103	Cadeira diretor c/ braço e relax, verde- Ergoflex NF 0103	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	182,40	182,40	0,0
04/02/2003	48	174	Mesa 170x70x74, bege. NF 174	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião- Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	238,21	238,21	0,0
04/02/2003	49	174	Arquivo Suspenso c/3 Gavetas, NF 174	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião- Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	113,13	113,13	0,0
04/02/2003	51	174	Cad.Diretor c/braço,reta, NF 174	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião- Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	276,87	276,87	0,0
18/11/2003	60	711	Central Telefônica Micro Pabx 6020 NF 711	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.920,00	1.920,00	0,0
19/11/2003	63	688	Balcão baixo duas portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Sala Dir. Presidente	Ativo - Bom	328,44	328,44	0,0
19/11/2003	64	688	Armário Alto 2 portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	307,65	307,65	0,0
19/11/2003	65	688	Armário Misto 2 portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	273,84	273,84	0,0
19/11/2003	67	688	Balcão duas portas NF 0688	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	165,90	165,90	0,0
24/11/2003	69	702	Poltrona Interl.pé SKI NF 0702	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	268,95	268,95	0,0
24/11/2003	70	702	Poltrona Interl.pé SKI NF 0702	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	268,95	268,95	0,0

30/12/2003	74/75	2040	Evaporador e Condensador de ar Tempstar 12000 NF 2040	Dispensa de Licitação	Sala Dir. Tec. Comercial	Ativo - Bom	2.100,00	960,00	1.140,0
28/07/2004	81	1342	Birô RD 64 NF 1342	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	266,00	1.140,00	-874,0
29/11/2004	85	1042	Aparelho TI 630 Intelbrás NF 0001042	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	670,00	266,00	404,0
02/03/2007	94	14	Porta c/ grade embutida e grade de proteção NF 0014	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.200,00	670,00	530,0
13/09/2007	96	318980	Armário Run Alto BP15 FDO Duratrí NF 318980	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	413,00	1.200,00	-787,0
13/09/2007	97	318980	Armário Run Baixo BP15 FDO Duratrí NF 318980	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	245,00	413,00	-168,0
13/09/2007	98	318981	Armário Run Baixo BP15 FDO Duratrí NF 318981	Dispensa de Licitação	Arquivo	Ativo - Bom	245,00	490,00	-245,0
13/09/2007	99	378980	Gavet. Mart Movel 46AV SPEQ NF 318980	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião- Apoio Contabilidade	Ativo - Bom	198,90	198,90	0,0
26/12/2013	108/109	3708	Armário S. Aberto e Gaveteiro NF 3708	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	741,88	741,88	0,0
20/10/2015	110	2828	Evaporadora Multi Inverter 12000 BTUS Carrier	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.350,00	1.237,50	112,5
21/10/2015	111	2828	Evaporadora Multi Inverter 9000 BTUS Carrier	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.000,00	916,60	83,3
22/10/2015	112	2828	Condensador de AR 27000BTUS Carrier	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	7.000,00	6.416,60	583,3
23/10/2015	113	2828	Condicionador de Ar HI WALL 18000 BTUS KOMECO	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	2.650,00	2.429,10	220,8
24/10/2015	114	2828	Condicionador de Ar HI WALL 24000 BTUS KOMECO	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	3.380,00	3.098,30	281,6
26/01/2016	116	19579	Rolo Large Manual - Themoscreen - 3001	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	1.998,50	1.765,30	233,1
26/01/2016	117	19579	Rolo Large Manual - Themoscreen - 3002	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.998,50	1.765,30	233,1
03/02/2017	118	63098	Máquina de Café Expresso NF 63.098 Ponto Frio	Dispensa de Licitação	Sala de Reunião	Ativo - Bom	237,40	187,90	49,4
28/06/2018	123	198133	Mesa Motiva 44512	Dispensa de	Sala Diretor Adm. e	Ativo - Bom	1.112,83	723,30	389,4

			NOCE 1700x750x800 NF 198.133 Marko	Licitação	Financeiro				
28/06/2018	124	198133	Gaveteiro Motiva 25315 NOCE 4Gav. 490x655x470 NF 198.133	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	755,15	490,85	264,3
28/06/2018	125	198133	Armário Motiva 25180 C/Porta Correr NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	1.022,23	664,45	357,7
28/06/2018	126	198133	Mesa Motiva 744160 Apa Ip2Gav 1,80x1,60 NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	2.064,67	1.342,07	722,6
28/06/2018	127	198133	Poltrona Cav. Prime 20101 Pres. NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	2.166,94	1.408,55	758,4
28/06/2018	128	198133	Conexão Pandin Primazia NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	161,23	104,75	56,4
28/06/2018	128	198133	Mesa Pandin Primazia Aux. 900x594 NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	494,56	321,44	173,1
28/06/2018	128	198133	Mesa Pandin Primazaio Dir. 1500x594	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	657,18	427,11	230,0
28/06/2018	129	198133	Gaveteiro Motiva 25315 NOCE 4Gav. 490x655x470 NF 198.133	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	755,15	490,85	264,3
28/06/2018	130	198133	Cadeira Cav Newnet 16003 Secretária NF 198.133 Marko	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	799,00	519,35	279,6
TOTAL							44.772,07	39.478,50	5.293,57

Computadores e Periféricos									
DATA DA AQUISIÇÃO	Nº TOMBA MENTO	Nº NOTA FISCAL	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS EM USO	FORMA DE AQUISIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE USO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE DEPRECIACÃO DO BEM	VALOR LÍQUIDO DO BEM
19/01/2010	106	15621	Impressora HP NF 15.621 Suprema Informática	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	231,50	231,50	0,0
31/05/2011	107	19973	Computador e periféricos NF 19973 Suprema Informática	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	1.690,00	1.690,00	0,0
10/11/2015	115	48881	Computador AIO Positivo NF 48.881 Ibyte	Dispensa de Licitação	Recepção	Ativo - Bom	1.999,90	1.999,90	0,0
17/04/2017	118	170785	Impressora Epson L375 Multifuncional	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Adm. e Financeiro	Ativo - Bom	999,00	999,00	0,0

06/12/2017	120	184707	Impresso Multifuncional Deskjet NF 184.707 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	468,00	468,00	0,00
28/03/2018	121	68465	Computador AIO - LG NF 68.465 lbyte	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	3.000,00	3.000,00	0,00
09/05/2018	122	194967	Nobreak NF 194.967 Marko	Dispensa de Licitação	Sala Diretor Presidente	Ativo - Bom	643,80	643,80	0,00
13/08/2019	131	222727	Computador HP PRO ADM RYZEN 16GB 1TB - NF 222.727 - Marko	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	2.775,90	2.775,90	0,00
11/09/2023	132	966	Impressora Epson Tanque L3250 - NF 966 de E Fonteneles S Costa	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	1.603,00	427,40	1.175,50
16/04/2024	133	1120	F.NOBREAK APC BACK-UPS 1500VA - NF 1120 de E Fontenele S	Dispensa de Licitação	Sala Reunião - Ass. Adm e Financeira	Ativo - Bom	2.700,00	405,00	2.295,00
TOTAL							16.111,10	12.640,50	3.470,50
Aparelhos Celulares									
DATA DA AQUISIÇÃO	Nº TOMBAMENTO	Nº NOTA FISCAL	DISCRIMINAÇÃO DOS BENS EM USO	FORMA DE AQUISIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CONDIÇÕES DE USO	VALOR DE AQUISIÇÃO	VALOR DE DEPRECIAÇÃO DO BEM	VALOR LÍQUIDO DO BEM
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL							0,00	0,00	0,00

5. PROJETOS

A Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA coleciona aqui os projetos que fizeram parte do Planejamento da Companhia para o exercício de 2023, fazendo constar um breve relato dos resultados esperados, que ainda não se materializaram em decorrência de uma nova estratégia governamental.

5.1. Implantação de Usina Termelétrica a Gás Natural

O Governador do Estado do Piauí solicitou ao Ministério de Minas e Energia a formação de Grupo de Trabalho para discussão e articulação de parâmetros viáveis para instalação de Unidade Termelétrica no Estado do Piauí.

E ainda, requereu que o leilão seja realizado com foco na região metropolitana de Parnaíba, por ser uma região de grande potencial para a geração de energia e polo industrial intensivo em energia. É objetivo da Companhia viabilizar a conclusão dos estudos que demonstrem a efetividade da Implantação de Usina Termelétrica a gás natural na ZPE Piauí.

5.2. Prospecção ou Extração de Gás Natural nas Jazidas do Subsolo em Regiões Estratégicas do Estado

A Companhia de Gás do Piauí visa contribuir para que ocorram ações de prospecção ou exploração de gás natural nas jazidas do subsolo de Regiões estratégicas do Estado do Piauí, possibilitando sua extração e produção economicamente viável através de práticas que minimizem os impactos ambientais.

5.3. Início dos Estudos do Projeto do Terminal de GNL no Porto de Luís Correia

No Plano de Ações da GASPIISA estava previsto o início dos Estudos do Projeto do Terminal de GNL (Gás Natural Liquefeito) para instalação na estrutura do cais de atracação em Luís Correia.

O início dos estudos foi apresentado pela TMN Transportadora S.A. dentro do prazo estipulado no plano de ação, onde foram apresentadas três alternativas de Terminal de GNL em Luís Correia.

5.4. Concepção de Relatório Técnico de Viabilidade para Instalação de Usina Termelétrica no Litoral do Estado

No Plano de Ações da GASPIISA estava prevista a Concepção de Relatório Técnico de Viabilidade para Instalação de Usina Termelétrica no Litoral do Estado do Piauí. Foi apresentado dentro do prazo estipulado relatório contendo proposta de Ajuste para o Leilão de Reserva de Capacidade de Energia (LRCE/23), onde utiliza parametrização que permitirá a viabilização do próximo LRCE.

5.5. Expansão do Gasoduto saindo de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba

É objetivo da GASPIISA viabilizar os estudos para expansão do Gasoduto de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba, através de um modelo que possibilite um projeto futuro com otimização de custos para implantação.

Figura 01: Mapa Expansão do Gasoduto Fortaleza – Teresina – Parnaíba.



Fonte: GASPIISA 2023.

É objetivo da GASPIISA viabilizar os estudos para expansão do Gasoduto de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba, através de um modelo que possibilite um projeto futuro com otimização de custos para implantação. Uma apresentação da atual situação do gasoduto. Já existe o estudo ambiental licenciado e esperamos unir ações conjuntas para buscar investimentos junto ao Governo Federal para viabilizar a construção da obra”, explica o diretor administrativo da GASPIISA, Fábio Amorin.

Figura 03 – Alternativa 2: Visão Geral do Terminal de GNL.

I. Terminal de GNL –Luís Correia/PI

Alternativa 1

Dados do Canal	
Capacidade do Navio	70.000 m³
Comprimento	7.100 m
Largura	72 m
Profundidade Atual ¹	- 2 m
Profundidade Requerida	- 9 m
Volume a ser Dragado ²	3.300.000 m³
CAPEX Dragagem ³	R\$ 105.600.000,00

Notas:

1. Profundidade atual. Necessita dragagem.

2. Quantidade estimada.

3. Considera apenas a dragagem na implantação. Será necessário calcular a dragagem de manutenção (OPEX).

TMN Transportadora S.A.- Estudo de Terminal de GNL no Piauí





Fonte: TMN Transportadora, 2024.

Figura 04 – Alternativa 1: Modelo Barcarena/PA

I. Terminal de GNL –Luís Correia/PI

Alternativa 2

Dados do Terminal	
Estoque (GNL)	160.000 m³
Cap. de Regaseificação	10.000.000 m³/dia
Consumo UTE (700 MW)	2.900.000 m³/dia
Duração do Estoque ¹	≈ 34 dias
Tipo de Instalação Fixa	Navio
Vantagens	• Maior Capacidade • Maior escalabilidade
Desvantagens	• Alto custo com dragagem • Alto investimento inicial
CAPEX TOTAL ²	R\$ 1.328.336.530,33

Notas:

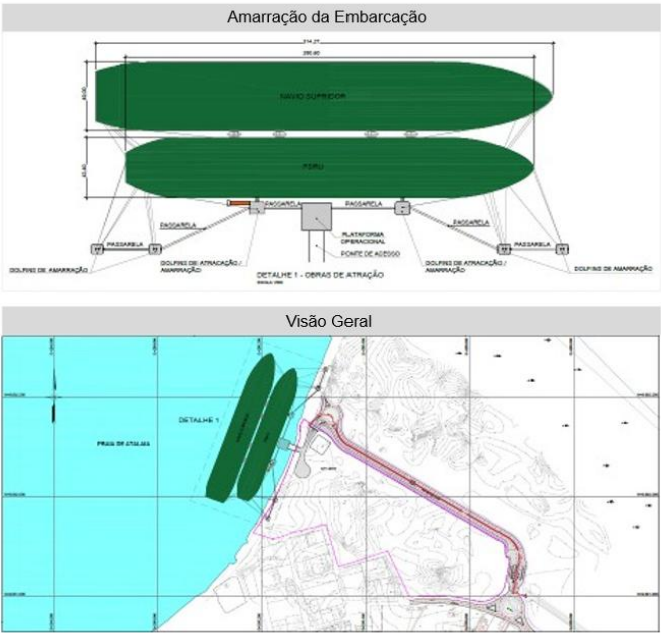
1. Necessário um carregamento por mês.

2. Investimento em dragagem e infraestrutura civil. Não considera FSRU e instalações de gás onshore. (Incerteza ± 40%)

3. Instalação similar ao terminal de Barcarena/PA.

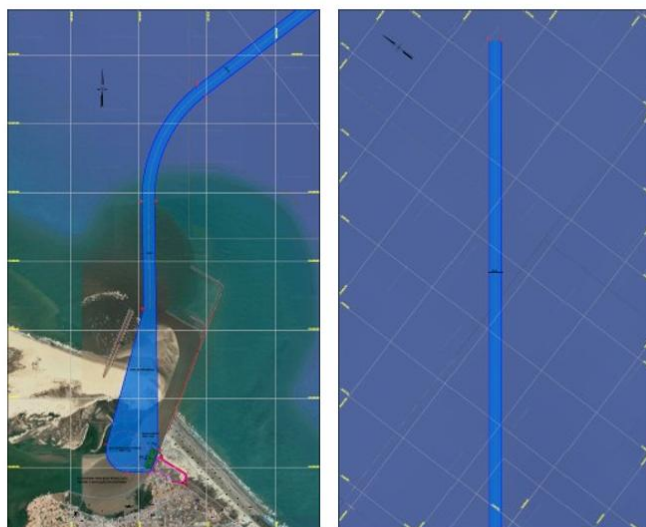
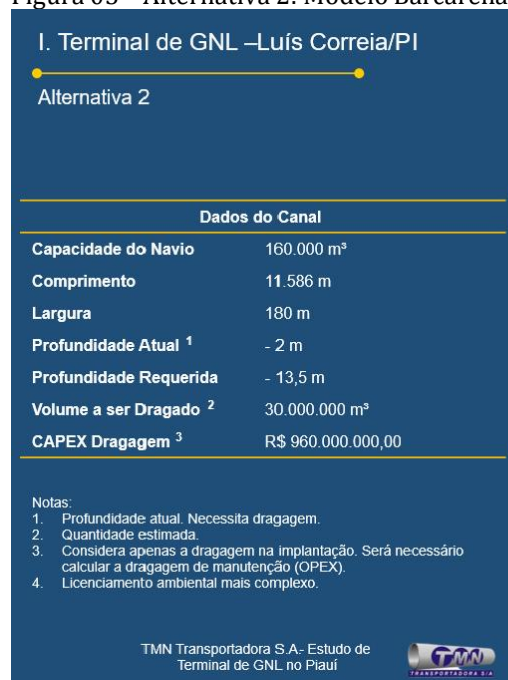
TMN Transportadora S.A.- Estudo de Terminal de GNL no Piauí





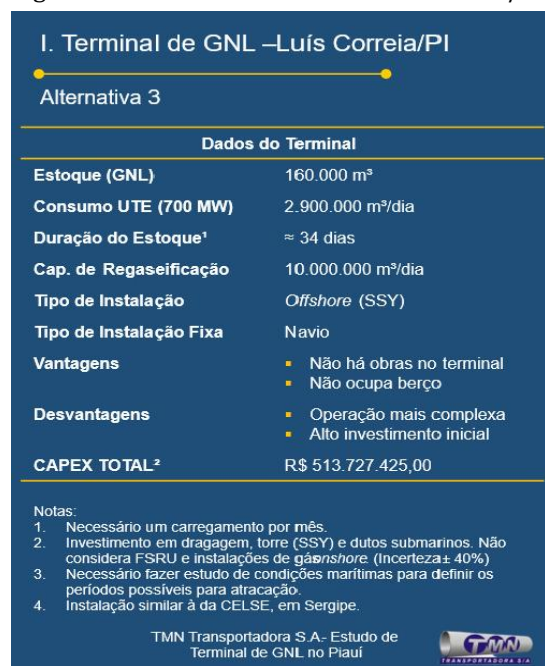
Fonte: TMN Transportadora, 2024.

Figura 05 – Alternativa 2: Modelo Barcarena/PA.



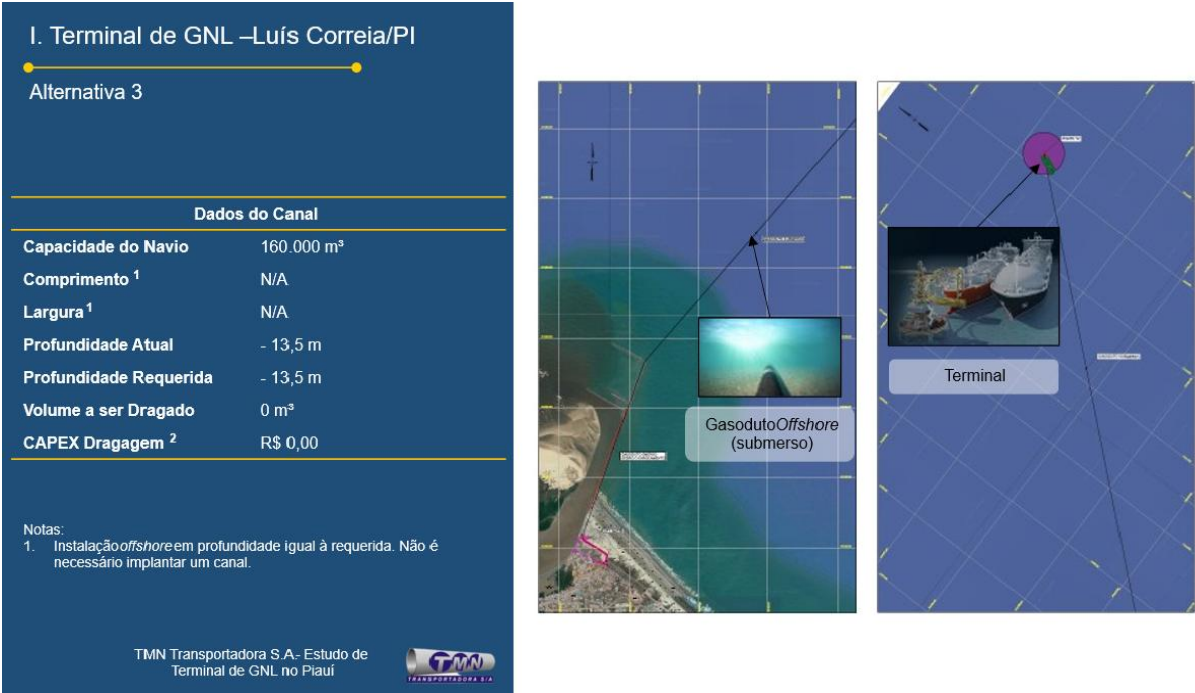
Fonte: TMN Transportadora, 2024.

Figura 06 – Alternativa 3: Modelo Barcarena/PA



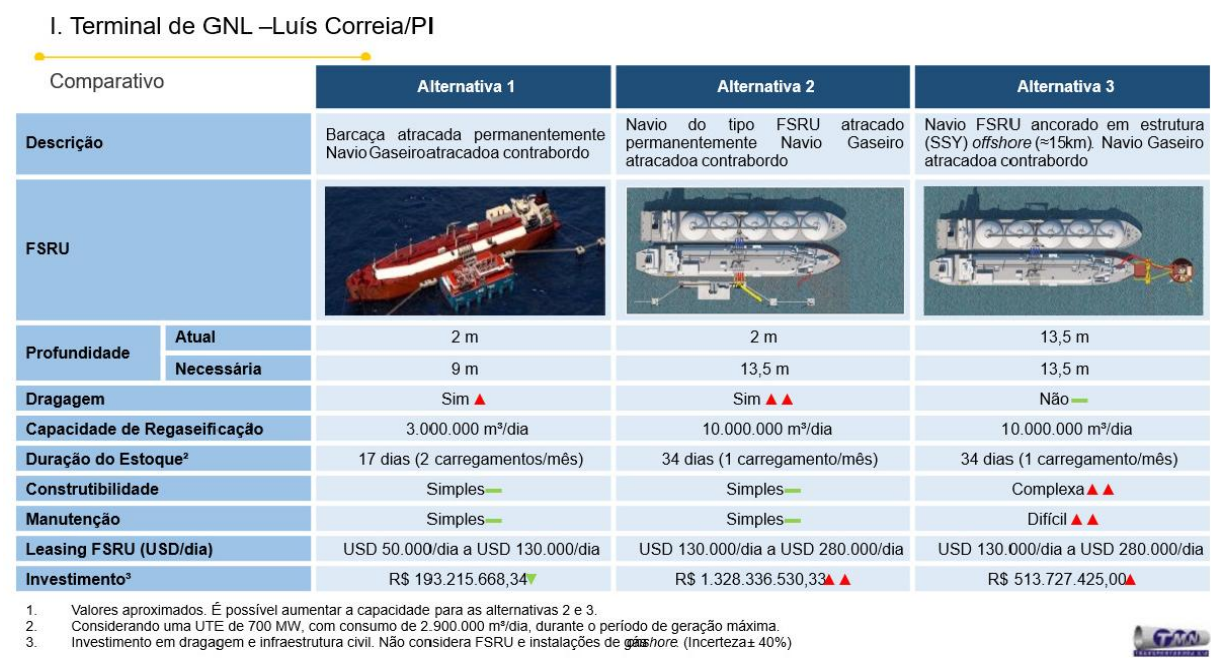
Fonte: TMN Transportadora, 2024.

Figura 07 – Alternativa 4: Modelo Barcarena/PA.



Fonte: TMN Transportadora, 2024.

Figura 08: Terminal de GNL – Luís Correia/PI.



Fonte: TMN Transportadora, 2024.

6. Comportamento GASPISA e TERMOGÁS

- Gasodutos de Transporte e Pontos de Entrega Atuais e Previstos

Legenda	Ponto de Entrega Atual	Município	Gasoduto	Localização no Gasoduto de Transporte (Km)	Vazões de Entrega (10 ³ .m ³ /dia)		Pressões Máximas (kgf/cm ² g)
					Máx	Mín	

OBS: A Gaspisa ainda não tem gasoduto de transporte

Ponto de Entrega Previstos	Município	Localização no Gasoduto de Transporte (Km)	Vazões de Entrega (10 ³ .m ³ /dia)		Situação do Projeto	% de Execução
			Máx	Mín		

Vendas de Gás

Principais Magnitudes	2024
Vendas Totais (1000m³ / dia)	
Residencial	-
Comercial	-
Industrial	-
Cogeracao	-
GNL	-
GNV	-
TOTAL MERCADO NÃO TÉRMICO	-
Geração Elétrica	-
TOTAL GERAL	-

Investimentos

Principais Magnitudes	2024
<u>Investimentos (R\$ Mil)</u>	
Expansão Comercial	-
Manutenção	-
Outros (Part. Transportadora)	15.075,00
TOTAL GERAL	15.075,00

A GASPIISA possui participação societária na TMN Transportadora S/A, inscrita no CNPJ nº 04.016.328/0001-57 com participação equivalente a 6,03% do capital social.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

A GASPISA, enquanto empresa de economia mista com participação acionária pública e privada, tem sua atuação pautada por elevados padrões de governança corporativa, integridade institucional e transparência na gestão. Essa estrutura é fundamental para assegurar a legitimidade das decisões estratégicas, a responsabilidade na utilização dos recursos e a confiança dos acionistas, colaboradores, órgãos de controle e sociedade.

A governança da GASPISA é estruturada de forma a garantir equilíbrio entre as instâncias decisórias, fiscalização eficiente e alinhamento ao interesse público. Seus principais órgãos de governança incluem,

Assembleia Geral – instância soberana, responsável pela deliberação sobre temas estratégicos, aprovação de demonstrações contábeis, eleição de membros dos conselhos e alterações estatutárias.

Conselho de Administração – órgão colegiado responsável pela definição das diretrizes estratégicas, supervisão da gestão executiva e acompanhamento dos resultados. Conselho Fiscal – estrutura independente encarregada de fiscalizar os atos da administração, examinar demonstrações financeiras e assegurar conformidade legal e contábil.

Diretoria Executiva – responsável pela condução operacional da empresa, implementação das políticas aprovadas pelo Conselho e gestão diária das atividades. Essa arquitetura de governança garante que as decisões não dependam de uma única autoridade, promovendo equilíbrio, transparência e responsabilidade.

A GASPISA adota práticas de conformidade alinhadas às melhores referências nacionais e internacionais, observando os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência da Administração Pública, normas regulatórias aplicáveis às empresas de economia mista como políticas internas de controles, auditoria, riscos e integridade, mecanismos de prevenção e detecção de irregularidades.

O compromisso com a integridade institucional reforça a credibilidade da empresa e reduz vulnerabilidades operacionais e reputacionais. A transparência é um dos pilares centrais da atuação da GASPISA.

Por ser uma empresa de economia mista, sua responsabilidade vai além das exigências típicas do setor privado, abrangendo publicação regular de demonstrações contábeis e relatórios de gestão, divulgação de informações econômico-financeiras de forma acessível e tempestiva, publicidade dos atos de administração e decisões estratégicas, atendimento às normas de acesso à informação e aos órgãos de controle interno e externo, canais permanentes de comunicação com a sociedade e os acionistas. Essa prática fortalece a confiança pública e garante maior controle social sobre a atuação da empresa.

Os mecanismos de fiscalização e controle da GASPIISA é submetida simultaneamente ao controle, dos órgãos societários internos (Conselho Fiscal, Auditoria Interna, Comitês de Apoio), dos acionistas (por meio da Assembleia e da divulgação de informações), dos órgãos de controle público (Controladoria Geral, Tribunal de Contas, Ministério Público quando aplicável), da auditoria independente, que avalia periodicamente os demonstrativos financeiros. Essa multiplicidade de instâncias reforça o compromisso com a boa gestão, a conformidade legal e a prevenção de falhas ou irregularidades.

A governança corporativa praticada pela GASPIISA não se limita ao cumprimento das normas. Ela se traduz em uma cultura organizacional que valoriza, ética nas relações, decisões colegiadas e baseadas em evidências, prestação de contas responsável, alinhamento das decisões ao interesse público, respeito ao acionista minoritário, responsabilidade socioeconômica no setor em que atua. Essa cultura garante que a empresa atue com visão de longo prazo, evitando práticas oportunistas ou desequilíbrios que comprometam seu desempenho futuro.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise financeira e contábil do exercício de 2024 da Companhia de Gás do Piauí (GASPISA), revela um período de intensa reestruturação de capitais e saneamento financeiro, resultando em uma saúde patrimonial e da liquidez da empresa. Contudo, o principal desafio para a sustentabilidade de longo prazo reside na persistente necessidade de converter o desempenho operacional em lucratividade.

A injeção de capital resolveu a estrutural da empresa , estabelecendo uma base sólida para a gestão futura, mas o PL positivo é resultado de capitalização e não de lucro operacional.

Apesar do sucesso no saneamento financeiro, o núcleo operacional do negócio evoluiu nas melhorias no controle de custos, do ponto de vista do desempenho operacional e desafio de rentabilidade, da companhia.

Em resumo, a GASPISA encerra 2024 com uma situação financeira saudável e alta liquidez, graças ao sucesso da sua estratégia de capitalização, garantindo uma maior sustentabilidade e melhorando sua projeção futura.

9. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

LEI ESTADUAL Nº 5.192, DE 25 DE MAIO DE 2001

LEI Nº 6.404, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1976.

LEI Nº 11.909, DE 4 DE MARÇO DE 2009

LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018

10. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernanda P. “Governança Corporativa nas Empresas Estatais: impactos da Lei 13.303/2016”. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 70, n. 2, 2019.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 37. ed. São Paulo: Atlas, 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

FURTADO, Lucas Rocha. Teoria do Estado Empresário. Brasília: TCU, 2015.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei das Estatais – Lei 13.303/2016. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

NUNES, Ricardo. “Transparência e Accountability em Estatais”. Cadernos Gestão Pública, v. 12, 2021.

OECD. OECD Guidelines on Corporate Governance of State-Owned Enterprises. Paris: OECD Publishing, 2015.

PACHECO, Carlos Alberto; SADECK, Francisco. Governança Corporativa no Setor Público e Estatais. Brasília: TCU, 2020.

PEREIRA, Cláudia Fernanda; PACHECO, Sandro Luís. Governança Pública em Empresas Estatais. Brasília: ENAP, 2021.

RODRIGUES, Gustavo; FARIA, Leonardo. “Sustentabilidade financeira das sociedades de economia mista”. RAP – Revista de Administração Pública, FGV, 2020.

SILVA, Marcos Paulo. “O Regime Jurídico Híbrido das Sociedades de Economia Mista”. Revista de Direito Administrativo, v. 281, 2019.

SUNDFELD, Carlos Ari. Direito das Estatais. São Paulo: Malheiros, 2019.